

~ sãopaulo

8 a 14 de março de 2015

DESAPROPRIAÇÃO

Há oito meses, o compositor Benito di Paula, 73, saiu de casa. "Fui obrigado", diz. Ele teve o imóvel desapropriado para a realização das obras da linha 17-ouro, no Morumbi.

Em 2013, ele contou ter recebido proposta de R\$ 549 mil por sua casa, mas a avaliação de um perito convidado pela **Folha**, na época, apontou valor de R\$ 1 milhão.

A história de Benito se repete para moradores de outros bairros no caminho das novas linhas, que precisam deixar suas moradias.

Os maiores problemas ocorrem quando se trata de pessoas vulneráveis, como idosos que possuem equipamentos hospitalares em casa, e ocupações irregulares.

"É o caso das comunidades Co-

mando e Buraco Quente, na zona sul, cujas negociações levaram dois anos", diz Castro, do Metrô.

Segundo Otavio Andere Neto, especialista em direito imobiliário, a desapropriação só pode ocorrer por meio de processo judicial. "Eles [Metrô] sugerem um acordo com um preço quase sempre inferior ao valor real do imóvel. Muitas pessoas, por desconhecimento a lei, aceitam para não brigar."

Em caso de processo, um perito nomeado pela Justiça é contratado para fazer uma avaliação. A pessoa afetada poderá contratar outro profissional para também dar um preço. Com os dois resultados, o juiz determina o valor que considera justo. O dinheiro é depositado em uma conta sob cuidado da Justiça e pode levar meses para liberação. »



Marco Andreatta/Poligon

“Vamos entregar todas [as estações] em 18 meses

GERALDO ALCKMIN, em 2012, sobre as obras da linha 4-amarela. Ele prometeu as estações Fradique Coutinho, Vila Sônia, São Paulo-Morumbi, Oscar Freire e Higienópolis-Mackenzie até 2014

LINHA 17

PPP

Nas Parceria Público-Privadas, o governo divide com as empresas o custo da obra. Em troca, elas podem explorar a linha por décadas. Como a tarifa de metrô não é tão alta como a de um pedágio, por exemplo, aparecem menos interessados do que em obras como rodovias e aeroportos.



Benito di Paula em sua casa no Morumbi, que foi desapropriada

INDENIZAÇÕES

Peritos definem o valor a ser pago por cada imóvel. O morador irá receber o dinheiro em juízo, o que não é igual a recebê-lo na conta-corrente. Até o valor ser depositado de fato pode demorar meses.

RECURSOS

Desapropriação: depois que o valor do imóvel é determinado, o morador é convidado a sair do local. E isso ocorre mesmo que ele não concorde com o preço a ser pago. Há mais dificuldades para retirar famílias de ocupações irregulares e pessoas com problemas de locomoção.